

## TURISTAS E O TURISMO EM PORTO RICO, PR

## TOURISTS AND TOURISM IN PORTO RICO, PR

Adriano de Cerqueira Violante<sup>1</sup>

Amarildo Jorge da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo apresenta a percepção da dinâmica ambiental de um grupo de turistas do município de Porto Rico, Paraná, região que teve suas paisagens naturais e sociais alteradas após a implantação de Hidrelétricas. Caracterizaram-se as Unidades de Conservação (UC), os estudos sobre turismo na cidade e uma breve descrição sobre turismo nas UC. Para conhecer a percepção da transformação das paisagens de Porto Rico foram entrevistados turistas que freqüentam a região. As entrevistas foram semi-estruturadas e a análise pautada na teoria da percepção. Os dirigentes vêem no turismo ecológico uma nova oportunidade de trabalho; o grupo de turistas vê a região e cidade como local de fruição da paisagem natural, de pesca e de descanso. Estes não percebem o grupo de moradores como população tradicional; e sim como mão de obra.

Palavras-chave: Turista. Turismo. Educação Ambiental. População tradicional.

### 1 INTRODUÇÃO

O município de Porto Rico, PR situa-se geograficamente no noroeste do Estado do Paraná. Ocupa uma área de duzentos e vinte e um Km<sup>2</sup> e a população do município é de dois mil cento e trinta e seis habitantes (IBGE, 2006). Em 1970 havia seis mil cento e noventa e dois moradores, dos quais apenas mil e vinte cinco pessoas moravam na cidade e cinco mil cento e sessenta e sete viviam na zona rural.

---

<sup>1</sup> **Adriano de Cerqueira Violante.** Doutor e Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do Grupo de Estudos em Organizações Sociais (GEOS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Foz do Iguaçu. Professor da União Dinâmica Cataratas (UDC) de Foz do Iguaçu. R. Iapó, 513. Libra 3. CEP: 85857-650. Tel. (45) 3525.7089. E-mail: aviolante@brturbo.com.br

<sup>2</sup> **Amarildo Jorge da Silva.** Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto da UNIOESTE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) Pesquisado e Líder do GEOS. Rua Iraúna, 228. CEP: 85.866-280. Foz do Iguaçu, PR. Tel. (45) 9976.0016. E-mail: rizomapoiesi@gmail.com

Como é uma região rica em espécies (que espécie) e em quantidade de indivíduos, é de se esperar medidas de gestão e proteção do Poder Público. Uma dessas medidas ocorreu em setembro de 1997 com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, em frente de Porto Rico.

Juntamente com esta APA, no seu interior e, na mesma data, foi criado o Parque Nacional (PN) de Ilha Grande, formado pelo conjunto de ilhas que compõem o arquipélago fluvial de Ilha Grande. Este parque foi constituído para preservar e melhorar as condições ecológicas e o bem estar das populações abrangidas; proteger o rio Paraná e ecossistemas associados, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, especialmente as espécies da fauna e da flora endêmicas e ameaçadas de extinção, seus habitats e sítios arqueológicos (IBAMA, 2004).

Ainda na área da APA das Ilhas e Várzeas está o Parque Estadual do Ivinhema, criado pelo Estado de Mato Grosso do Sul em 1998, com o objetivo de preservar a diversidade biológica, proteger o patrimônio natural e cultural da região, com sua flora, fauna e demais recursos bióticos e abióticos associados.

No Brasil 3,7% do território é destinada às unidades de conservação, a média mundial é de 5% (SEABRA, 2001. p. 35). Com a multiplicidade dos problemas ambientais, a ordem geral é que **se deve preservar**. Mas a que custo? Diegues (2000) denuncia o abuso de **tomar** determinadas áreas para conservação sem levar em conta os habitantes. Uma cultura pode ser perdida devido ao gerenciamento autoritário que vem de outros países em que se acreditava que o homem não faz parte da natureza, em que o meio natural deve ser o menos tocado possível.

Nessas novas áreas de conservação o poder financeiro vem falando mais alto e a suposta moralidade do que era considerado certo está sendo quebrada: os turistas estão adquirindo as casas dos ilhéus que devem abandonar suas terras por exigências da legislação.

## **2 Turismo e o turismo em Porto Rico**

Porto Rico é uma cidade típica de pescadores e agricultores e a vocação para o turismo não é natural dos habitantes, embora decorra da beleza do rio Paraná, de suas praias, ilhas e lagoas, da pesca e por projeto do governo local.

O surgimento de uma consciência dos limites ecológicos para o crescimento econômico não pode depender do livre movimento do mercado, mas das ações de pessoas ligadas ao ambientalismo. As práticas ambientalistas caracterizam-se como realista-utópica porque sua missão define um projeto em aberto e de características não modernas. O turismo, em uma localidade como Porto Rico, é a linha divisória entre crescer economicamente e manter-se conservado, devido aos efeitos negativos e proibitivos da pesca e do uso utilitário das ilhas para agricultura e pecuária como descritas pelo poder legislativo e judiciário e impostos pela fiscalização. Percebem-se os efeitos negativos do turismo que são discutidos por diversos autores (FONTELES, 2004; SEABRA, 2001; SWARBROOKE, 2000) embora se estime que, nesta primeira década do século XXI, esta atividade vá movimentar 7,2 trilhões de dólares e possibilite a criação de 338 milhões de empregos (MENDONÇA, 1996).

O turismo, como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Mendonça (1996, p. 19) é crítica ao afirmar que “onde existe turismo há degradação ambiental”. Embora generalizando, a autora considera que nos locais onde o turismo é desenvolvido, há concentração de grande número de pessoas que, na realidade, não se interessam pelo lugar visitado. Esse interesse (ou falta de interesse), diz respeito às pessoas, sua história e cultura. Guattari (2004, p. 8) reforça, mostrando as contradições de um turista que quer usufruir o mesmo do que tem quando visita um destino: “o turismo se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento”, como se o visitante não dispensasse o ar condicionado, os confortos e as infra-estruturas que está acostumado. Nessa linha Bey (2007) diz que o turista tem fome pelo autêntico, e que o autêntico se retira sempre que ele se aproxima. Suas câmeras ficam no caminho daquele momento mágico que é o sonho de todo turista. Um monumento ou um pôr-do-sol tem seu significado destruído. Comprando turismo, o visitante leva apenas imagens. Assim, o turismo tem se desenvolvido de forma que os visitantes escolhem os destinos turísticos por critérios que não incluem a personalidade do local, o povo do lugar e sua cultura, sua música, sua culinária. Sem esse conhecimento é difícil respeitar o atrativo, seja não poluindo ou danificando, seja respeitando sua cultura com falas e roupas apropriadas, podendo imperar assim uma grande superficialidade nas relações com a natureza e com as populações nativas. Esse pouco respeito dos visitantes aos destinos turísti-

cos é decorrente da falta de tempo para poder vivenciar o local, para que haja uma relação de troca. Mesmo com esse aprendizado, a paisagem se deteriora com o advindo dos visitantes, mais ainda com o turismo de massa.

O desenvolvimento do turismo traz vantagens para o turista. Ele conviverá com interesse e respeito com as pessoas do lugar, olhar com atenção o meio circundante, aprender com isto, conhecer os costumes locais por meio de um contato mais pessoal, embora o habitante local possa ganhar com a visita, pois esses turistas trazem e deixam recursos financeiros no local. Atualmente, existem vários tipos de visitantes em Porto Rico, desde pescadores esportivos com ou sem habitação na região, como clubes de pesca nas ilhas ou moradores de condomínios, a visitantes que querem passar a tarde na baranca do rio ou em aproveitar a festa da padroeira, que ocorre todos os anos em agosto. Dessa forma é interessante definir os termos turismo e turista. Oscar de La Torre (apud IGNARRA, 2002, p. 24), define turismo:

[...] como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos [...] que por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O termo turista, adotado pela ONU em 1954, é:

[...] toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e, máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósitos de imigração.

Contrariando as convenções, embora baseando-se na história, Bey (2007) nota que ciganos, andarilhos e outros nômades dificilmente serão chamados de turistas e, na maior parte das vezes, o turista procura cultura porque - no mundo moderno, a cultura desapareceu nos espetáculos. Embora os turistas pareçam estar fisicamente presentes na natureza ou na cultura, na verdade pode-se chamá-los de fantasmas assombrando ruínas, sem nenhuma presença corpórea, o que já era comentado por Tuan (1980) quando uma fotografia fica estragada é como se o lugar deixasse de existir. Eles não estão lá de verdade, mas sim movem-se por uma paisagem mental, uma abstração **natureza, cultura**, coletando mais imagens que experiência.

A oferta turística na cidade é constituída pelos atrativos naturais e serviços turísticos, embora os serviços públicos e a infra-estrutura básica deixem a desejar. Os atrativos se

baseiam no rio Paraná. A prefeitura do município, considera as ofertas turísticas como: a) cursos d'água; b) praias naturais; c) Área de Proteção Ambiental, d) base avançada do NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura da Universidade Estadual de Maringá. Os dirigentes da cidade de Porto Rico descreve como **outros** está o principal dos atrativos: **28 km de margem do rio Paraná**. Os turistas descrevem estas atividades como essenciais nas suas visitas à cidade. Na cidade o conjunto de serviços públicos, necessários para o consumo turístico, é precário. Não possui transporte público. É comum os moradores aproveitarem o transporte escolar (ônibus ou barco) para se deslocarem. Existe uma pequena Casa do Artesão, local onde se vende artesanato, quase todo ele vindo de fora do município, apenas um banco e um posto de saúde. A infra-estrutura básica também é elemento fundamental. Não existe energia elétrica nos clubes de pesca e questiona-se como são os esgotos. Os acessos à cidade carecem de cuidados. Quando se questiona aos turistas o que poderia ser melhorado no município, quase sempre as vias de acesso são lembradas. Estradas de terra com areia solta ou asfaltada mas cheia de imperfeições e buracos, sem acostamento.

Entre os moradores de Porto Rico, o turismo divide opiniões, sendo que alguns não estão gostando do rumo que a cidade está tomando, seja pelo encarecimento dos produtos e imóveis, seja simplesmente pelas mudanças, ambientais e/ou sociais. Ainda assim, reconhecem que, no verão, quando aumenta o número de visitantes cresce a quantidade de atividades econômicas. Com o período de defeso, os pescadores se dedicam a atividades relacionadas aos visitantes, como barqueiros, conduzindo os turistas às praias e a outros pontos de visitação.

Para Ignarra (2002), o turismo procura os aspectos diferenciais da paisagem, aqueles elementos mais diferenciados são os mais valorizados, provocando concentrações de turistas no seu entorno. Um exemplo é a água. Seja de mar, rio, lago, represa ou de cachoeira. A visão de grandes massas de água, a possibilidade de banhar-se nessas águas, é um imenso atrativo para os visitantes que se aproximam de suas margens. Dessa forma, há uma tendência de concentração de estruturas turísticas. Essas concentrações, além de interferir na paisagem local, provocam impactos como: descarga de esgotos; consumo de recursos naturais e excesso de lixo.

A procura por locais de melhor visão e aproveitamento da paisagem faz com que o turismo se implante em terrenos de fragilidade ambiental. Embora a legislação verse que

áreas à margem de rios seja de preservação permanente principalmente nesse trecho do rio Paraná, com mais de 600 metros de rio, os moradores eventuais encontram formas de se implantar, insistindo na legalidade das construções.

O termo “desenvolvimento sustentável” não é consenso para “turismo sustentável”. Swarbrooke (2000, p. 19) comenta que este termo trás dúvidas, pois pode passar a idéia de simplicidade e limitar o alcance de questões importantes. Mesmo assim, define: “turismo economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”.

Quando procuram uma nova abordagem para a sustentabilidade do turismo, Wearing, Neil e Figgis (2000, p. 30) indicam uma diretriz da Organização Mundial do Turismo sobre o turismo sustentável:

[...] só pode ter lugar se se estabelecem capacidades de carga (o quanto o local pode suportar sem ocorrer deterioração ambiental, social, cultural) para os destinos turísticos chave e depois se respeitam estas capacidades de forma rigorosa, mediante um sistema de planificação eficaz e levando a cabo revisões do funcionamento. Estes estudos e normativas constituirão a pedra angular dos planos e estratégias turísticas locais a longo prazo.

Embora o turista seja um cliente que gasta suas economias em férias, indo a destinações que, muitas vezes, insistiram para que eles fossem até lá, estes visitantes são convidados, não invasores. Deve-se reconhecer que tem também seus direitos. Seus desejos, escolhas e comportamentos determinam o impacto final que o turismo causa nas diversas localidades e no mundo. Mesmo assim, é importante ressaltar que os turistas deveriam pagar um preço que faça jus aos impactos causados às comunidades e ao ambiente por sua experiência de férias. Embora este custo adicional possa afastar visitantes, é necessário, para que a localidade continue atraindo turistas. E que parte desse dinheiro seja usado na manutenção da cultura tradicional, diminuindo a pobreza e permitindo que pescadores possam exercer suas atividades, procurando manter a sustentabilidade do ambiente.

Swarbrooke (2000, p. 37) afirma que “[...] de dez critérios que indicam férias com qualidade listados por consumidores, sete se relacionavam com o meio ambiente”. Sob um exame mais atento, esse resultado parece mais relacionado com os interesses desses consumidores no meio ambiente como um fator determinante na qualidade de suas expe-

riências de férias do que com sua preocupação com os impactos ambientais, em uma clara visão egocêntrica.

Wearing, Neil e Figgis (2000) comentam que nas comunidades locais existem grupos com interesses diferenciados que podem chegar a estar em lados opostos, isto é, nem todos os grupos desejam o mesmo. O complexo turístico numa região quer empresas saudáveis que ofereçam segurança financeira, mão-de-obra qualificada e responsável, atrativos que garantam o fluxo de visitantes e bons rendimentos financeiros. Já os ambientalistas buscam a proteção do meio ambiente mediante a prevenção, a melhora, a correção dos danos e a restauração e motivar a população para que seja mais consciente, para que cuide dos recursos. Os membros da comunidade, entretanto, procuram um lugar saudável para viver, que ofereça comida, água, condições sanitárias, trabalho gratificante com um salário mais adequado, educação e ócio, além de respeito às tradições culturais e oportunidades para a tomada de decisões sobre seu futuro.

Certamente todos os três grupos desejam o mesmo. Se houver estas condições em uma comunidade, ótimo. Mas se alguém tiver que pagar pela capacitação da mão-de-obra, conscientização da população, por um salário melhor, dificilmente poderíamos achar facilmente um grupo financiador. A entrada em cena de um novo grupo, o poder público seria necessário.

Impactos geralmente são causados por que se trata, no dizer de Talavera (2002, p. 21), de “um turismo em um território não turístico, em que nem o visitante se considera a si mesmo como turista e, em teoria, escapa as normas estruturais e funcionais do resto das áreas turísticas tradicionais”. Estes visitantes acreditam que colher uma flor, marcar seu nome em uma pedra, enfim, comportar-se como em sua casa não causam impactos ambientais.

Em uma vila de pescadores do município de Jijoca de Jericoacoara, CE, lugar de grande beleza em termos de paisagem natural e de grande fluxo de turismo nacional e internacional, Fonteles (2004) apresenta um quadro que descreve um turismo predatório que escapa as normas estruturais. Em 1970, para se chegar a Jericoacoara, os visitantes enfrentavam 2 horas de caminhada levando suas malas em jegues alugados para tal. Não havia pousadas e estes aventureiros dormiam e comiam em casas de pescadores ou em barracas de camping. Em 1984, apoiados por turistas, os moradores transformaram a vila

em Unidade de Conservação para proteger e preservar os ecossistemas de praias e mangues; as dunas; as espécies animais e vegetais e as aves de rapina e praieiras.

A APA despertou o interesse de especuladores que invadiram a região provocando impactos ecológicos, culturais, sociais e sanitários. O problema básico foi que a população que lá vivia há séculos, um dos principais grupos interessados, não foi integrada na política de gerenciamento. Os moradores sentiram-se enganados, pois devia servir como instrumento de crescimento por meio do turismo.

Em 1987, diversos países divulgaram imagens de Jericoacoara. A publicidade fez com que o fluxo turístico se tornasse incompatível com a infra-estrutura disponível, trazendo problemas à população receptora, desequilibrando os ecossistemas, criando um turismo desordenado e comprometendo a qualidade de vida dos moradores. Como estavam em uma APA, tinham restrições legislativas para edificações, dificuldade em colocar energia elétrica em casa, construir um quarto, mudar a fachada ou cortar uma árvore. As proibições fizeram com que os moradores se apercebessem de que não era bem **aquele projeto** que imaginaram para a comunidade.

As alterações vêm acompanhadas de especulação imobiliária, o uso de drogas, a prostituição, a descaracterização cultural e arquitetônica e a degradação ambiental. Nota-se o uso de gírias na fala dos nativos, o uso de cabelos longos e brincos, numa clara modificação do comportamento comunitário. Em diversos pontos atrativos vêem-se os rabiscos dos turistas, na tentativa de perpetuar sua estadia e provar a má educação de um povo. Para Fonteles (2004), em Jericoacoara verifica-se um re-ordenamento constante do espaço surgindo oportunidades para os moradores nativos e turistas, globalizando, modernizando-se. Na localidade fala-se inglês, francês entre outros e o dólar é moeda corrente. Sendo lugar privilegiado para a exploração valorativa dos ambientes naturais, com a possibilidade de atrair recursos do exterior para viabilizar investimentos, esses empreendimentos são efetuados por pessoas com maior poder aquisitivo, concorrendo de forma desigual com o nativo.

Compreende-se que o turismo em Porto Rico, um tipo de turismo ecológico, não deve se restringir apenas à visita com o objetivo de contemplar a natureza ou à pesca esportiva. Os arcabouços de sustentação devem possuir base ecológica e social, sendo exequível se houver respeito ao meio ambiente, implantação de sistemas educativos ade-

quados, redução da pobreza, fortalecimento da cultura local criação de postos de trabalho e valorização do trabalho já existente.

### **A percepção dos turistas de Porto Rico**

Os turistas entrevistados comparam Porto Rico e a região às condições de outras praias de rio e de mar. Confessam que quem degrada o local, principalmente o rio, são os outros turistas, não os entrevistados. Os que dizem se importar mais com a região são aqueles que a freqüentam há mais tempo.

[...] freqüento a cidade de Porto Rico há vinte anos, e nesta época era muito diferente, sem infra-estrutura. Hoje tem infra-estrutura. Em relação ao rio, eu sinto muita pena, porque infelizmente o homem ainda não aprendeu a preservar. Antigamente era melhor (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] a gente freqüenta Porto Rico desde criança. Meu pai vem toda a semana pra pescar, como não dá pra pescar, como agora que a pesca está fechada, ele vem para descansar, não tem barulho de nada. Agora, nem tem vara [de pesca] em cima do carro. A gente respeita (Sr. Marcos, 23 anos).

Os turistas entrevistados sentem-se mais próximos ao ambiente do que os demais visitantes, ambos possuem casas nas ilhas, os chamados clubes de pesca que, mesmo sendo de madeira, sem água encanada e sem energia elétrica, são locais onde gostam de passar alguns dias.

[...] o próprio comerciante vive com dificuldade, porque parou a pesca, não tem turista, e não tem porque não tem estrutura, têm hotel aqui que custa um monte e outro que custa pouquinho. No meu caso venho para cá para descansar, pescar é detalhe. Venho uma vez por semana, três por mês. Chego na sexta à tardinha e volto domingo (Esse entrevistado fica em seu clube, na ilha, quando está em Porto Rico).

[...] antigamente não fazia [compras], mas agora estou fazendo, pago um pouco mais caro, mas ajudo o comércio [local]. Trago carne de lá e o resto pego tudo aqui (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] se melhorasse os mercados, a gente passava a comprar aqui em vez de trazer de casa. Se baixasse os preços. Aqui é caro. Eles aproveitam para explorar o que podem, porque a gente vem de longe, eu não vou voltar para comprar, entendeu? Tem que comprar aqui. Então eles aproveitam... A cidade explora o turista. Aluguel, comida (Sr. Marcos, 23 anos).

[...] nós pagamos 210 reais por 3 dias de aluguel nesta casa. E não vale! Mas é praia. Compramos tudo aqui. Hoje tomamos café na padaria. Trazemos a bebida de fora (Sr. Moacir, 22 anos).

Nestas falas os entrevistados confirmam o que os moradores também apontam: o aumento do custo de vida na cidade. Os comerciantes de Porto Rico encareceram seus produtos. Os turistas, comparam os preços dos serviços e mostram que estes preços inviabilizam a compra. Para evitar os altos preços, trazem seus víveres.

A conservação ambiental também é tema do presente e do futuro:

[...] com muitos condomínios na cidade é preciso cuidar [...] construir nas ilhas já é proibido, ninguém constrói mais, quem tem casa, não pode mais abrir o embarcador de lancha (Sr. Jorge, 23 anos).

[...] quem já tem casa na ilha não vai desmanchar, não vai fazer nada, não pode construir mais. Vai ficar lá. Agora quem não tem não pode construir (Sr. Moacir, 22 anos).

Para estes entrevistados o ambiente da região requer mais cuidados. A construção de moradias preocupa, tanto nas ilhas quanto nos condomínios.

A percepção do turista Antônio a respeito da população local, indica que é necessário haver formas de manter o ilhéu na terra, mesmo que seja plantando em uma pequena área, hoje proibido pelos órgãos fiscalizadores. E o que fazer com estes moradores é uma questão séria na qual apenas entregar-lhes uma casa numa vila rural é pouco. O terreno na maioria das vezes é pequeno para uma lavoura de subsistência e pouco produtivo.

[...] teria que estabelecer uma parceria entre os órgãos ambientais e o ilhéu, no sentido de deixar ele plantar o mínimo para o sustento dele, sem que isto, agrida a natureza. Tem que ter parceria, não pode ter rigor nesta área, nesta questão [...] E fica mais barato também. [...] se por um lado o governo tenta proteger a natureza evitando que o ilhéu plante milho e mandioca, por outro lado, um pé de milho não vai degradar, usando meio alqueire. Dois pesos e duas medidas. Acho que essa proibição das leis tem que ser mitigada. Dona Faustina mesmo, que mora lá em baixo há 25 anos não pode plantar um pé de mandioca pra comer, pros filhos dela. Vai tirar a mulher de lá e pôr onde? Se a mulher não tem onde morar. Tem que olhar a situação com outros olhos. Proibições, radicalizar. – Sou contra. O próprio fiscal do IAP, ele é muito rígido com este pirangueiro, são uns coitados (Sr. Antônio, 53 anos).

São muitas as dificuldades entre os ilhéus e os órgãos fiscalizadores. Os custos de manejo dos parques são muito altos quando as comunidades locais não são envolvidas. Esta estratégia é a única que tem dado resultado em uma política frutífera quando se fala de população tradicional e utilização de áreas de preservação ambiental. Os gestores devem pensar em descentralizar o poder, remover padrões estabelecidos pelos órgãos públicos e diminuir as restrições impostas. Como disseram os entrevistados a seguir, donos de clube de pesca:

[...] e isto é bom, a melhor coisa do mundo, eu vou aproveitar isto aí a vida inteira, mas meus netos e meu filho não vai aproveitar nada se continuar assim... [...] (Sr. Moacir, 22 anos).

[...] são os pescadores que mantêm isto aqui quando nós não estamos. Pelo menos nós não jogamos nada no rio, só o que o peixe come. Não é que a gente faz, a gente não gosta de ver [quem joga lixo]. Você passa no rio e vê aquele negócio. É nojento, dá raiva de quem jogou aquilo ali. Tem que ter consciência, que você tem que guardar, porque daqui a uns dias seus filhos não vão poder ter (Sr. Marcos, 23 anos).

As falas mostram que há uma percepção de um turismo que depreda, ao mesmo tempo percebem os habitantes como quem preservou a região. E as contradições de quem quer “justiça e igualdade social”:

[...] depois da criação do Parque Nacional, você precisa ver a natureza que rejuvenesceu, já identificaram a presença até de onça na ilha Mutum. Anta. Na nossa ilha tem tucano, papagaio, fauna, flora. O que é feito para comércio é ruim para a natureza (Sr. Antônio, 53 anos).

Na fala de Antônio há a referência ao aparecimento de diversos animais em uma área ainda habitada comprovando a relação com a manutenção da biodiversidade e os moradores, mesmo em se tratando de turistas.

[...] a nossa ilha é de fora a fora, meu pai tem casa lá, porque é no meio de uma ilha, não tem luz nem nada. Tudo no gerador. Luz e água. Você puxa no motorzinho. Lá tem um monte de casa, tem um monte de moradores. O morador que vai de batelão e vive da pesca. E tem que ficar lá, porque o cara que viveu a vida inteira, se vier para a cidade, morre [...] (Sr. José, 23 anos).

O termo “a nossa ilha” refere-se às instalações existentes - o clube de pesca. Ainda que um clube em uma APA seja estranho aos propósitos ecológicos e de conservação, percebe-se um sentimento de gostar do lugar.

Quanto às barragens e a dinâmica das águas os turistas dizem:

[...] mas cê vai nessas ilhas, cê vê os barrancos, estão tudo caindo, onde a água bate assim, tá comendo o barranco. Não tem árvore pra segurar a terra (Sr. Marcos, 23 anos).

[...] o rio quando sobe leva o lixo. E esta barragem, de cada meia em meia hora é um sobe e desce danado. Esta barragem é o cancro daqui, porque quando não tinha barragem, o peixe vinha. Eu pesco aqui a 37 anos. Não tinha asfalto, de Maringá até aqui gastava um dia para chegar. Você pegava pacu de rodada com a própria fruta, pescaria de vara de bambu. Pacu de 7 a 8 quilos, uma delícia (Sr. Antônio, 53 anos).

As percepções dos turistas acerca dos problemas locais coincidem com as dos pescadores. As falas indicam o que todos percebem: barrancos caindo pela erosão e lixo (e plantas) levados pela água.

[...] para começar tem que melhorar os acessos para chegar, o asfalto, tapar os buracos. Por Porto São José não tem como vir, não (Sr. Marcos, 23 anos).

Nessa fala, o entrevistado reclama da infra-estrutura para se chegar à cidade, um destino que se autodenomina como turístico.

### **3 CONCLUSÕES**

As percepções dos turistas mostram visões acerca da exclusão dos ilhéus de suas terras, de “outros turistas”, do lixo no rio, e ambientais, como da erosão dos barrancos. Pode-se afirmar que o signo que interagem é o rio, é a água como estética e deleite. Apesar de reconhecerem o rio, as ilhas, como tendo a participação dos ex-ilhéus, a interação homem/natureza não se efetiva pela relação de sobrevivência e, sim, pela relação de turismo, descanso e conforto.

As percepções dos moradores indicam as paisagens do rio Paraná e das ilhas como paisagens culturais de subsistência, de uso. Natureza é moradia e alimentação, mas não no sentido de sua espoliação. É uma natureza/cultura.

Os moradores vêem no turismo, tido como “ecológico”, uma nova oportunidade de vida. Os turistas são vistos como oportunidade de empregos, em suas casas nos condomínios e nas ilhas, mas não de manutenção de sua cultura.

O grupo de turistas percebe a região e cidade como local de usufruto da paisagem natural, de esportes náuticos, de pesca e de descanso de final de semana. Percebe o grupo de moradores como a população tradicional que tem direito ao plantio que antes faziam; também os vêem como possível mão de obra dos serviços de caseiro, por exemplo. Traduz o local como paisagem natural, uma paisagem que se reconstitui após a instalação das usinas hidrelétricas, mas também percebe a situação de penúria do homem ilhéu ou ex-ilhéu e a aplicação da nova lei ambiental como lei severa aos propósitos da região e da população que lá está há décadas.

Pode-se afirmar que, enquanto para os moradores toda mudança das paisagens naturais locais está fundamentalmente ligada às suas vidas, para os turistas, as modificações são aquelas que os atendem em relação ao descanso e usufruto da natureza. Para os moradores estas novidades os joga a uma vida de incerteza quanto ao trabalho e ao futuro.

A proposta de turismo ecológico/esportivo de Porto Rico parece, aos olhos dos moradores, não atender à população local que reside na região há mais de 50 anos nem atende, ainda, aos turistas. Pode-se dizer que o turista também percebe que o projeto de turismo da região/cidade como precário, para que este seja solução econômica da cidade. Infraestrutura e serviços em geral ainda deixam a desejar.

Quanto ao projeto de turismo de Porto Rico não se pode afirmar – como apontam moradores e turistas entrevistados – que é um turismo ecológico/esportivo. Trata-se de um projeto econômico realizado pela prefeitura local. Ou seja, após os desastres ambientais, a diminuição considerável da pesca e da agricultura, da expulsão dos ilhéus de “suas” ilhas, ficou para a cidade um vazio que teve que ser preenchido para responder às necessidades econômicas. Mas, qualquer resposta histórica às mudanças ambientais e culturais que não levar em conta a população local e a conservação da região corre o risco de não se efetivar. Um turismo baseado na exclusão da comunidade que lá está há



muitas décadas, propicia miséria dos moradores locais e, com o tempo, pode apenas receber turistas que se recolhem às suas casas de veraneio sem criação de vínculos com a terra e a economia da cidade.

## REFERÊNCIAS

- ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagem. Disponível em: <[http://www.abav.com.br/view\\_noticias.asp?anomes=&id=348](http://www.abav.com.br/view_noticias.asp?anomes=&id=348)>. Acesso em: 26 out. 2005.
- BEY, Hakim. Superando o Turismo. Disponível em : <<<http://sabotagem.revolt.org/node/225>>>. Acesso em: 08 Mar 2007.
- CAMPOS, J. (org). **Parque Nacional de Ilha Grande; re-conquista e desafios**. Maringá: IAP, 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000.
- FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 15º ed. Campinas, SP: Papyrus. 2004.
- IBAMA. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/106.htm>>. Acesso em: 29 Jun. 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 02 Jan. 2006.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa opção. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de (org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 19-25.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO. Porto Rico, [2004?]. CD-Rom de Divulgação.
- SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, Vol 1, 3º ed. São Paulo: Aleph, 2000.
- TALAVERA, Agustín Santana. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: Riedl, Mario; Almeida, Joaquim Anécio (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- WEARING, Stephen; NEIL, John; FIGGIS, Penny. **Ecoturismo. Impacto, tendencias y posibilidades**. Madrid – Espanha: Ed. Sínteses, 2000.